O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DEBATES, CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

THE LABOR MOVEMENT IN THE FIRST REPUBLIC: DEBATES, CONSIDERATIONS AND CONTRIBUTIONS

Eduardo Matheus de Souza Dianna[1]

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo apresentar algumas características gerais do movimento operário brasileiro, seus embates, lutas e dificuldades nos anos que compreendem a Primeira República (1889-1930). Para preencher o loco da desorganização operária no início do século, devido a tardia industrial ização do país, é fundada dentro do Primeiro Congresso Operário, a Confederação Operária Brasileira (COB), esta, por sua vez contribuiu muito para o movimento operário e suas lutas. Discutir-se-á também o papel da imprensa operária no período, principalmente aquela ligada aos ideais do anarquismo. Nesse âmbito, priorizaremos a análise do jornal anarquista “A Plebe”, precisamente no período entre junho a outubro de 1917, meses estes que concentraram uma profunda agitação dos trabalhadores pelo Brasil, que culminou na grande Greve Geral de 1917.

PALAVRAS-CHAVE: movimento operário; greve geral de 1917; primeira república.

ABSTRACT:
This article aims to present some general characteristics of the Brazilian labor movement, their quarrels, struggles and difficulties in the years comprise the First Republic (1889-1930). To fill the *loco* of working disorganization at the beginning of the century, due to late industrialization of the country, is founded within the First Workers Congress, the Brazilian Workers Confederation (COB), this in turn contributed greatly to the labor movement and its struggles. It will also discuss the role of the working press in the period, especially which linked the ideals of anarchism. In this context, we will prioritize the analysis of the anarchist newspaper “The Mob", precisely in the period between June and October of 1917, months that focused a profound shaking of workers by Brazil, which culminated in the great general strike of 1917.

KEYWORDS: labor movement; general strike of 1917; first republic.

[1] Graduando em História pela UFMS/CPTL. E-mail: ded-dianna@hotmail.com

Classe operária ou movimento operário?

Antes de iniciar as considerações sobre o movimento operário, é preciso falar um pouco sobre a classe operária. De acordo com Hobsbawm:

> As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto, como a classe operária foi historicamente uma classe nova [...] faz sentido delinear sua emergência enquanto grupo social durante um certo período (HOBSBAWM, 2000, 279).

Este período de emergência da classe operária brasileira, a nosso ver, pode ser observado nas movimentações dos primeiros anos de industrialização do país. Como consequência dessa industrialização foi se formando um gênero típico de trabalhador proveniente do trabalho nas indústrias e fábricas, o operário fabril. Conforme Fausto,

> O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum (FAUSTO, 1995, 297).

A partir das assertivas acima é importante destacar que o surgimento e a formação da classe operária são processos distintos do surgimento e formação do movimento operário. Este se constitui muito mais como resultado da consciência de classe dos trabalhadores organizados em torno de objetivos comuns do que um conjunto de pessoas que desenvolvem atividades comuns. Em linhas gerais, todo operário faz parte da classe operária, embora nem todos os operários façam parte do movimento operário. Portanto, o movimento operário constituído como movimento social a partir de lutas, reivindicações e resistência será o escopo deste trabalho.

Seguindo no que concerne as classes sociais no Brasil do início do século XX, é importante fazer algumas observações acerca da incipiente burguesia brasileira. De acordo com Hall e Pinheiro, assim como a classe operária, a burguesia também era recente e não possuía consciência, tampouco contornos precisos de classe. Em suma, à burguesia faltava hegemonia cultural e econômica para um maior controle da classe operária – veremos mais à frente que essa carência de elementos hegemônicos se transformaram em violência e coerção, com o objetivo de dominar e fazer silenciar a luta dos trabalhadores. Hall e Pinheiro comentam que *"Um importante aspecto da inabilidade da burguesia de São Paulo em assegurar sua hegemonia nos anos anteriores a 1917 pode ser encontrado na novidade da classe operária, assim como no fato de sua própria formação ser recente"* (HALL; PINHEIRO,

1985, 104). Uma matéria do jornal socialista "Avanti!" que data 07/05/1907, aborda o tema da desorganização da burguesia brasileira e aponta a principal diferença entre esta e a burguesia europeia. Conforme o jornal, a resistência da classe dominante da Europa era mais inteligente no sentido das concessões aos trabalhadores e trabalhadoras, o que poderia provocar um desinteresse pelas lutas e embates do cotidiano.

> Na Europa as classes dirigentes, muito mais instruídas e homogêneas que aqui, opõem ao proletariado uma resistência infinitamente mais esperta, feitas de sábias concessões, espalhafatosas e inócuas. No Brasil ao contrário, se o proletariado é desorganizado, a burguesia ainda é mais [...] nós acreditamos que a burguesia daqui não terá mais sucesso em dominar por muito tempo a classe trabalhadora porque ela não tem precisamente as qualidades essenciais para a dominação: cultura, homogeneidade, orgulho de classe (AVANTI! 07/05/1907 *apud* HALL; PINHEIRO, 1985, 101).

O movimento operário: considerações sobre as visões, organização e repressão

A história do movimento operário brasileiro, como afirma Costa (1982), é repleta de contradições e controvérsias. O fato de que vários grupos políticos distintos entre si (marxistas de várias vertentes, anarquistas, populistas, entre outros) conduziram os primeiros estudos e escreveram a história do movimento a partir de suas perspectivas, contribui muito para tais características. Por esse motivo, podemos associar essa produção historiográfica do movimento operário ao que Cláudio Batalha chama de "produção militante", não acadêmica, elaborada por sindicalistas, jornalistas, ativistas políticos, advogados, entre outros. Segundo esse autor, os autores militantes contribuem muito para os estudos da classe e do movimento operário, uma vez que são produzidos por agentes atuantes dentro do movimento e não das classes dominantes, num contexto onde havia espaço especialmente para a produção dos últimos. *"Esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época na qual só havia espaço para o estudo das classes dominantes"* (BATALHA, 1998, 148). Portanto, a construção da história do movimento operário parece ter várias faces e caminhos. Apresentaremos aqui aquela que nos parece mais bem fundamentada, de acordo com os referenciais teóricos e as fontes documentais.

A imagem que se tem do movimento operário brasileiro é um tanto nebulosa. Embora os trabalhadores imigrantes ocupassem bastante espaço nas fábricas e nas plantações de café, segundo Costa, tentou-se criar a visão de um movimento operário liderado por imigrantes anarquistas italianos, sendo a homogeneidade étnica e política sua principal característica. Estes foram considerados os grandes agitadores do período e lideraram várias

paralisações e greves, bastante comuns no período. Em seu texto, Costa contribui para a desconstrução dessa imagem. De acordo com essa autora,

> Onde esperávamos encontrar nomes italianos, nos defrontamos com nomes de origem portuguesa e talvez espanhola. [...] Ficamos também convencidos de que a imagem de um movimento operário controlado totalmente por anarquistas precisa ser revista. Mais atenção deve ser dada a outros grupos, principalmente os sindicalistas, os socialistas e os católicos que raramente têm chamado atenção (COSTA, 1982, 223).

E completa acerca das diferenças no seio do movimento anarquista:

> A tendência da maioria dos historiadores é tratá-lo como se fosse um grupo mais ou menos coeso. Sob o rótulo de anarquismo, no entanto, existe uma variedade de grupos, frequentemente hostis uns aos outros, divergindo quanto as táticas a serem adotadas e os propósitos a serem atingidos (COSTA, 1982, 226).

Hall e Pinheiro também comentam acerca das diferenças étnicas entre os trabalhadores e indicam alguns motivos pelos quais se tornou difícil, numa primeira instância, a organização da classe operária, por consequência, do movimento operário.

> [...] em São Paulo, as divisões étnicas entre operários no começo do século colocaram sérios problemas para a organização da classe operária; além disso, tais divisões persistiram durante os anos 1930, algumas vezes sob outras formas (HALL; PINHEIRO, 1985, 99).

Ainda no âmbito da desconstrução da imagem de um movimento operário liderado por imigrantes, Costa comenta o tratamento negligente relegado ao trabalhador brasileiro, tanto o operário fabril como o agrícola. Suas críticas vão de encontro ao pensamento que negligencia a participação do primeiro no movimento operário e aquele que considera o segundo como passivo, "analfabetos e politicamente inexperientes"[2]. Conforme seu pensamento, a importância e a participação dos trabalhadores nacionais no movimento operário são subestimados em detrimento da imagem sólida do imigrante que transportou da Europa uma bagagem de lutas e experiência política.

Quanto a essa experiência política prévia dos imigrantes, Hall e Pinheiro deixam claro que essa afirmação também precisa ser revista. *"Os imigrantes europeus são apontados como tendo sido modelos de militância e experiência política [...] No caso de São Paulo, ao*

[2] Hall e Pinheiro também negam a ideia de passividade ligada aos trabalhadores rurais. Conforme os autores, "[...] em muitas regiões importantes do campo no Brasil, a incidência de greves e outras formas de mobilização foi bastante alta, ao menos desde o final do século passado. [...] Apesar de todas as condições existentes para impedir as greves no campo [...] os trabalhadores rurais organizaram greves com alguma frequência e em números significativos" (HALL; PINHEIRO, 1985, 96-98).

menos, há pouca evidência mostrando uma experiência política previa..." (HALL; PINHEIRO, 1985, 99). Nesse sentido, discutindo o "paradigma europeu", em que o operário desse continente já figurava como modelo de excelência ou então "produto" "pronto e acabado" da industrialização, Batalha encontra similaridades com o caso do operário brasileiro: *"Artesãos e trabalhadores desqualificados [...] não deixam de lembrar o proletariado no Brasil no início do século XX. [...] Em suma, mesmo lá, onde o proletariado típico*[3] *deveria ser encontrado, a atipicidade parece predominar"* (BATALHA, 1991/92, 116).

Portanto, é preciso pensar no movimento operário brasileiro como um movimento etnicamente e politicamente heterogêneo, composto por trabalhadores nacionais, mulheres, negros e imigrantes de diversas origens, não só os italianos; é preciso considerar também que estes personagens foram influenciados por diversas correntes políticas. Enfim, é preciso pensar num movimento dinâmico, onde a pluralidade de ideias e pessoas era bastante comum e as diferenças acentuadas. Contudo, embora esses elementos possivelmente tenham atuado como desagregadores do movimento, os trabalhadores que dele participavam possuíam ideais em comum que poderiam facilmente ultrapassar essas diferenças: os ideais libertários e revolucionários em relação a emancipação do trabalhador do seu patrão e, por vezes, do próprio capitalismo.

De acordo com Seabra (2001, 4), o movimento operário teve um desenvolvimento lento em razão de suas peculiaridades. Alguns aspectos como a heterogeneidade étnica e política já foram discutidos, embora surjam outros a serem levados em consideração. Aspectos como a baixa industrialização do período, rotatividade da mão-de-obra, passividade e a falta de organização dos trabalhadores, além da repressão ao movimento são apontados como pilares para tal fato. Batalha comenta:

> [...] no Brasil, como em outros países latino-americanos, [...] a principal dificuldade, para muitos observadores, para o desenvolvimento do potencial revolucionário[4] parece residir precisamente na ausência ou extrema fraqueza desse "operário moderno". [...] a ignorância, a heterogeneidade étnica, a falta de contornos de classe precisos, a passividade e a consequente falta de organização, são os atributos desse proletariado ainda não inteiramente submetido ao trabalho fabril (BATALHA, 1991/92, 112).

Por conta dos limites teóricos deste trabalho não tocaremos no assunto que concerne ao lento desenvolvimento industrial brasileiro. O que nos interessa é a relação deste com a formação da classe operária e, consequentemente, do movimento operário. De acordo

[3] De acordo com Batalha (1991/92), o termo "proletariado típico" foi cunhado por Engels e faz referência ao trabalhador moderno empregado no trabalho das fábricas, o operário fabril.
[4] De acordo com Marx e Engels, o proletariado é a única classe verdadeiramente revolucionária, pois além de acompanhar o desenvolvimento da indústria, é o seu produto mais autêntico (2011, p.74).

com Batalha, no início do século XX não havia o predomínio da grande indústria no Brasil, *"tudo indica que as pequenas oficinas pouco mecanizadas e empregando um número reduzido de operários, não só eram majoritárias, mas também eram responsáveis pela ocupação da maioria dos trabalhadores do setor manufatureiro"* (BATALHA, 1991/92, 113). Portanto, o fato de não haver grandes indústrias no pais nesse período, pode ser considerado como um dos baluartes para a desorganização do movimento em suas fases iniciais.

Outro elemento que contribuiu nesse sentido, foi a alta-rotatividade da mão-de-obra das indústrias. Isso fazia com que os operários novos sempre renovassem o ambiente, dificultando a propagação dos ideais revolucionários e libertários. De acordo com Batalha:

> A alta rotatividade da mão de obra representou um outro importante aspecto da prática da classe operária e talvez decorrente da sua composição. [...] De qualquer modo, como um militante do período comentou, 'o ambiente continuamente novo' colocava sérios obstáculos para o movimento operário (BATALHA, 1991/92, 99-100).

Batalha também comenta acerca das inquietações dos militantes do movimento operário. Estes demonstravam preocupação com a passividade e desorganização dos trabalhadores.

> As limitações do 'ambiente' e as dificuldades para o desenvolvimento de um movimento operário estão na raiz das preocupações dos militantes operários [...] o discurso da militância muitas vezes traduz um ressentimento irado contra a passividade das massas operárias desorganizadas (BATALHA, 1991/92, 114).

Na sequência de edições analisadas do semanário anarquista A Plebe[5], não encontramos o sentimento de ira destacado por Batalha, embora observamos uma preocupação constante com a desorganização dos trabalhadores e várias matérias conclamando a massa proletária para se organizarem em torno dos ideais libertários. Comentando acerca de uma fala presente numa obra de Piotr Kropotkin[6], anarquista russo, o jornal chama os trabalhadores para se organizar:

[5] As edições do jornal podem ser consultadas na Biblioteca Digital da Unesp. Disponível em: http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6/browse?type=dateissued Acesso em: 02/07/2016. Importante ressaltar que ao longo do texto as transcrições das matérias jornalísticas manterão a grafia original.

[6] A fala de Kropotkin destacada pelo jornal é a seguinte: "Sejamos uma força organizada, capaz de mostrar o nosso poder em qualquer ocasião que alguem, seja quem for, se lembre de restringir o nosso direito de palavra ou reunião; sejamos fortes, e poderemos ter a certeza de que ninguem ousará vir a disputar-nos o direito de falar, de escrever, de imprimir, de reunir. No dia em que tivermos conseguido estabelecer um tal entendimento entre os explorados para sahir á rua em número de muitos milhares de homens e tomar a defesa dos nossos direitos, ninguém ousará disputar-nos-los, nem muitos outros que nós saberemos reivindicar... As liberdades não se dão, tomam-se". (AMILBAR. **Organizemo-nos!** A Plebe, 25/08/1917, p.4).

> [...] Lêde-o, meus amigos, e vereis a necessidade que há de vos organizardes em associações fortes, afim de que, quando soar a hora das reivindicações, não vos encontreis dispersos e sem forças para lutar.
> Organizae-vos em associações de classes, que, unidas ás federações locaes, venham tonar-se um bloco uno e inquebrantavel na Confederação forte e capaz de fazer tremer em seus alicerces esses governos carcomidos pela politicagem réles que infelicita o planeta, que é a pátria tambem do operariado. [...]
> Uni-vos e sereis fortes. [...]
> Avante, pois, na organização dos syndicatos de casses, para podermos cantar victoria completa dentro de breve tempo. [...][7]

Embora os militantes considerassem o movimento operário desorganizado, conjecturavam acerca das consequências de uma maior organização dos trabalhadores. Considerando a Greve Geral de 1917 (que falaremos mais à frente) como uma vitória, os militantes do jornal comentam:

> Se, desorganizado como se encontra o operariado do Brazil, consegue victorias estrondosas como a que conseguiu, imagine-se quaes não seriam ellas se esse mesmo operariado se encontrasse solido e regimentado em associações capazes de amparal-o devidamente e em todas as occasiões.[8]

No que tange à repressão, os autores consultados e o jornal elucidam uma aliança entre o Estado[9] e os empresários. Grande parte das medidas tomadas pelo primeiro envolviam a violência física e a coerção como medida de controle, uma vez que qualquer movimentação dos operários organizados era considerada uma ameaça. Quanto aos segundos, Costa comenta acerca da união entre ambos, a fim de neutralizar a resistência operária com a criação das associações que mantinham uma estreita relação entre Estado e burguesia.

> Com o intuito de defender seus interesses comuns, aumentar a produtividade ao trabalho e neutralizar a resistência operária os industriais criaram associações como o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, ou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Estes centros exerciam vigilância sobre os líderes operários e mantinham frequentes contatos com a polícia (COSTA, 1982, 220).

[7] AMILBAR. **Organizemo-nos!** A Plebe, 25/08/1917, p.4.
[8] AMILBAR. **Organizemo-nos!** A Plebe, 25/08/1917, p.4.
[9] Por se tratar de um jornal ligado ao anarquismo, toda e qualquer noção de autoridade é contestada e negada. Em várias edições do jornal o Estado é alvo de intensas críticas, como a que segue na última edição analisada: "O Estado, pelo contrario, limita e cohibe o homem com a autoridade e a lei, divide e fracciona a Humanidade com as fronteiras. Autoritária e legalmente inventa e mantem privilegios, systematisa a oppressão e o vilipende dos interiores, dá apparencia de justiça e impõe a obediencia [...] O Estado impede a livre e natural expansão humana com a sua irracional e barbara legislação da propriedade, dando a uns a posse da terra e com ella a usurpação e o monopolio da riqueza social e privando a outros dos meios de instrução e de vida [...]" (LORENZO, Anselmo. **A sociedade e o Estado.** A Plebe, 30/10/1917, p.2).

O jornal trata muito da repressão policial frente aos trabalhadores em geral. São inúmeras as edições que trazem o tema condenando veemente a atitude da polícia. Os editores de A Plebe argumentavam a respeito da polícia ser o braço armado do Estado. Argumentavam também que os policiais não passavam de proletários fardados que oprimiam companheiros de classe[10]. Embora pertencessem a mesma classe social, os operários e os militares eram antagônicos. Quanto a isso, o jornal destaca: "O operario nasceu para construir, para erear; o militar para destruir, para matar. Logo, o operario e o militar são dois elementos antagonicos. Portanto, deve o operario fazer com o militar o que faz o lavrador com as formigas que devastam as terras que elle cultiva".[11]

Considerados como os grandes agitadores das massas trabalhadoras, os anarquistas também eram alvo da repressão policial. De acordo com Costa, "Ameaçados de deportação, às vezes deportados, constantemente perseguidos pela polícia, encarcerados, figurando nas listas negras que circulavam de mão em mão entre os industriais, os líderes anarquistas tiveram sua ação cerceada" (COSTA, 1982, 218).

O jornal ainda completa: *"O governo expulsa do paiz alguns operários não só porque, expulsando-os, evita as gréves como ainda por serem os mesmos operarios anarchistas [...]"*.[12]

Hall e Pinheiro observam que a repressão ao movimento operário era maior do que a empreendida à classe operária em geral. Certamente os trabalhadores já organizados, conscientes de sua classe e posição social provocavam mais medo e mais desconfiança à burguesia do período. Os autores comentam:

> A repressão dirigida especificamente contra o movimento operário, menos do que em direção a classe operária em geral, também atingia níveis notáveis de brutalidade. O empastelamento de sedes de sindicatos e a prisão de líderes constituíam uma prática padrão. Os empresários também demitiam rotineiramente operários por organizarem sindicatos ou ingressarem neles. A política do Estado de suprimir as organizações da classe operária assumiu um caráter mais sistemático em São Paulo em seguida as greves de 1906 e 1907 naquela cidade (HALL; PINHEIRO, 1985,102).

[10] Uma matéria escrita por um grupo de mulheres grevistas de São Paulo em junho de 1917 faz um apelo aos militares: "Soldados! Não deveis perseguir os nossos irmãos de miseria. Vós tambem, sois da grande massa popular, e, se hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operarios explorados das fabricas e officinas. A fome reina nos nossos lares e os nossos filhos pedem pão! [...] Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento de oppresão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc. os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres, e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as cocottes. Soldados! [...] Os grevistas são vossos irmãos na miseria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão! Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos!" (**Apello aos Soldados**! A Plebe, 21/07/1917, p.2).
[11] COSTA, Ornazi. **Verdades que não se dizem.** A Plebe, 23/06/1917, p.3.
[12] R. F. **A infame trama policial.** A Plebe, 08/09/1917, p.2.

O jornal também elucida o desconforto das classes dominantes frente a organização dos trabalhadores:

> [...] Crime terrivel! Attentado nefando! Monstruosidade sem nome! – eis os qualificativos que cabem pesadamente sobre os apostolisadores de taes ideias [libertárias], para que se pede um castigo cannibalesco, em correctivo adequado aos instintos perversos dessa cáfila de vergudos ascorosos.
> Assim, pois, é uma coisa abominável para eles que o operariado tenha coragem de extravasar em publico toda a sua revolta e indignação [...]. E é uma coisa abominável um facto desta ordem, porque a burguezia sente bem que os tempos já são outros e que o operariado se vae educando racionalmente ancioso por emancipar-se de tutelas seculares, preocupando-se a valer com o complexo problema economico-social.
> Afinal, a logica não é nenhuma batata. Por isso é que o despertar obreiro deve causar-lhe algum pavor, inspirar-lhe certos receios facilmente justificaveis, pôl-a de sobreaviso para fazer perdurar a sua supremacia sobre a classe desherdada.[13]

O jornal foi alvo da repressão policial. No dia 15/09/1917 os editores lançaram uma edição complementar de somente uma página denunciando a invasão do jornal pela polícia. Nessa edição, consta também o assalto a tipografia onde eram impressos os jornais, a prisão de inúmeros operários, bem como a de seu editor chefe, Edgard Leuenroth[14]. Nessa edição complementar, a Federação Operária de São Paulo lança uma nota elucidando sua indignação com os atos repressivos e atribui o credito da greve geral à própria polícia.

> As agremiações operárias desta capital, não podendo conter a sua indignação contra a serie inqualificavel de tropelias, violencias e barbaridades praticadas pelos cossacos da força publica de S. Paulo, vêm lançar seu energico protesto contra o arrombamento e violação de domicilio de honestas famílias operárias, contra a invasão das suas sédes, contra a prohibição de suas assembléas e contras as prisões em massa dos membros da Federação Operária de S. Paulo e de muitos outros companheiros.
> A infamia da policia já attingiu o auge! A lei não existe. É a força bruta, violenta, que domina São Paulo.
> Que irá suceder deante disso?
> A greve geral?
> Talvez, por provocação da policia! [...][15]

[13] A. C. **É fartar, villanagem.** A Plebe, 07/10/1917, p.2.
[14] Segundo Lopreato (1996, p.107), Edgard Leuenroth foi um militante anarco-sindicalista e jornalista bastante respeitado pela imprensa paulistana. Foi o principal editor de "A Plebe", tendo sofrido com as mazelas da repressão policial durante sua vida. Mais informações sobre a vida de Edgard Leuenroth e sua influência no movimento operário podem ser consultadas nos sites: https://anarquismosp.org/2015/11/18/memoria-edgard-leuenroth-1881-1968/ http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/edgard_leuenroth Acesso em 24/08/2016.
[15] FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO. **A Federação Operária de São Paulo ao publico.** A Plebe, 15/09/1917, p.1.

Além da repressão aberta ao movimento operário - amplamente documentada pela imprensa operária que denunciava ações da polícia que envolviam extrema violência, brutalidade, morte, prisões - havia outro tipo de repressão, muito mais sutil e sofisticada. Conforme Costa,

> Não se tratava apenas de proibir demonstrações operárias, despedir líderes, deportar ou encarcerar 'trabalhadores indesejáveis', invadir sindicatos, destruir a imprensa operária. Ia-se ainda mais longe. Já nessa época a burguesia respondia ao internacionalismo dos operários, internacionalizando a repressão (COSTA, 1982, 219).

Em outras palavras, o governo brasileiro e de outros países mantinham uma relação de comunicação de nomes de operários "suspeitos" que pudessem, de alguma forma, subverter a ordem vigente imposta pelas classes dominantes. No entanto, havia também outra tática do Estado e dos empresários para um maior controle do movimento operário. De acordo com o jornal, existiam trabalhadores infiltrados dentro das fábricas a fim de monitorarem a organização e movimentação dos operários:

> Sabemos que em quase todas as fabricas desta Capital, foram destacados socre as, que trabalham juntamente com os operarios. Pretende a policia, por intermedio de seus agentes, saber de tudo o que se passa com a classe operaria, para que em occasiões de gréve, possa agir á sua maneira. Por isso, abram os olhos, operarios!
> Não vos deixeis ludibriar pelos pseudos trabalhadores, introduzidos em vosso meio. Observae bem os seus movimentos, espreitae-lhes os passos e no momento oportuno, passae-hes o corretivo merecido.
> Abram os olhos! Abram os olhos![16]

Embora a coerção aberta e a violência fossem as principais armas da burguesia para assegurar o controle da classe operária e do movimento operário, Costa comenta algumas ações desenvolvidas pelos patrões para aumentar o domínio sob os operários, além da fiscalização e da repressão.

> Nessa época já havia também industriais que procuravam introduzir em suas fábricas serviços assistenciais, tais como creches, escolas maternais, campos esportivos e outros tipos de "diversão" para os operários. Com a mesma preocupação de estender o seu controle sobre a vida do operário criavam as primeiras vilas operárias, como a famosa Vila Zélia[17] (COSTA, 1982, 221).

[16] Autor não identificado. **Operarios, abram os olhos!** A Plebe, 07/10/1917, p.4.
[17] Cláudio Batalha comenta que essas vilas operárias contribuíam para a formação da identidade do proletariado brasileiro. Uma identidade visível, decorrente de suas condições de existência. "A habitação nos cortiços ou casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças, a alimentação, o modo de vestir, fazem parte da identidade visível do proletariado [...]" (BATALHA, 1991/92, p.118).

Ainda nesse sentido, a autora comenta que os industriais buscavam aumentar o controle sob os operários através da manipulação ideológica. *"Os interesses dos industriais eram sempre apresentados como interesse da nação. [...] a fábrica como uma grande família e o patrão como pai benevolente"* (COSTA, 1982, 221).

A confederação operária brasileira, as greves e a imprensa

Postuladas as questões que permeiam a lenta organização do movimento operário brasileiro, passemos para o que, a nosso ver, significou muito para o movimento como um todo: a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906. Nascida nos primeiros anos do século XX dentro do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, a COB, de acordo com Toledo, passa a funcionar efetivamente no ano de 1908 e se torna a primeira organização operária a nível nacional. Quanto a sua composição, Toledo destaca: *"A COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados"* (TOLEDO, 2013, 14).

De acordo com Seabra, a criação da COB foi de grande importância para o movimento operário, pois ela passa a unificar os trabalhadores e mostrar uma direção para a organização de suas lutas e reivindicações. Segundo a autora,

> Esta confederação buscava, sobretudo a união dos trabalhadores em torno de uma única causa e não só a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas acabar com as organizações das classes em células separadas por ofícios, objetivando compor sindicatos mais organizados e ligados a uma única confederação (SEABRA, 2011, 7).

Após a criação da Confederação, de acordo com Hall e Pinheiro (1985, 99), houve três períodos de grande agitação dos operários[18]: entre os anos de 1906-1907, 1911-1912 e 1917[19]-1919. A ação dos operários era diversa no sentido da resistência e enxergavam a ação direta e a greve geral como o meio para a transformação social. Destacando o caráter plural dos ideais políticos dentro da COB, Toledo comenta:

> A COB foi, assim, o produto da ação de militantes provenientes de diversos horizontes políticos, como anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas e outros, mas que viam no sindicato o órgão e na greve geral o meio para a transformação social (TOLEDO, 2013, 17).

[18] Embora a coincidência seja grande, é importante frisar que os autores destacam estas datas como uma reação a interrupção da imigração subsidiada pelo Estado, não como uma reação imediata dos operários entusiasmados com a criação da COB.
[19] Nos atentaremos mais para essa greve que ficou conhecida como Greve Geral de 1917, uma vez que, a fonte documental analisada abrange os meses de junho a outubro deste mesmo ano.

No que tange a ação direta dos trabalhadores frente a exploração sofrida cotidianamente, o jornal pontua: "[...] Deante da acção direta da massa, da massa que se agita, actua e quer, recuam todas as prepotencias, acovardam-se todas as tyranias, desfazem-se e desaparecem todos os cynismos. A acção direta é a saúde, a dignidade e a vida dos trabalhadores"[20].

Após um período de lenta organização dos trabalhadores por conta da tardia industrialização, nos parece que as massas proletárias se animaram diante da criação da COB e das movimentações grevistas. Em agosto de 1917, o jornal lança uma edição contemplando o movimento operário. Este, agora, crescia e organizava-se com mais facilidade por conta das agitações passadas.

> Eil-o que desperta, o forte, o rude lutador. O clarim da liberdade ressoa por toda a parte chamando a postos os defensores da causa libertaria, da causa do povo. Do Norte ao Sul do Brazil, o movimento operário está em plena actividade, cresce o numero de seus adherentes. São os frutos das ultimas agitações. [...][21]

As greves

Para pensarmos em específico nas greves articuladas e lideradas pelo movimento operário na cidade de São Paulo, e ainda mais especificamente na Greve Geral de 1917, é interessante notarmos as condições dos operários, tanto no âmbito econômico, quanto social. No entanto, antes de apresentarmos essas condições, falaremos um pouco da Greve de 1917.

Em linhas gerais, a Greve Geral de 1917, sucedida entre os dias 09 a 16 de julho daquele ano, foi uma paralisação geral da indústria e do comércio na cidade de São Paulo. De acordo com Lopreato (1996, 39), cerca de cem mil trabalhadores estiveram envolvidos nessa greve. Constitui-se como uma das paralisações mais sérias e intensas que se tem notícia na história do Brasil. De acordo com a autora, *"Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura. Uma convulsão social sem precedentes se inscrevia na história do Brasil"* (LOPREATO, 1996, 38).

Lopreato (1996, 28-29) assinala que a preparação dos operários para a greve geral iniciou-se ainda no mês de maio daquele ano. Por meio da imprensa libertária, dos comícios, conferências e palestras, os militantes anarquistas argumentavam a importância da paralisação total em detrimento da paralisação parcial, pois esta além de se mostrar

[20] A. **A acção directa.** A Plebe, 11/08/1917, p.1.
[21] SOUZA, Vieira de. **O proletariado.** A Plebe, 11/08/1917, p.2.

contraproducente alcançando apenas uma parcela dos trabalhadores, facilitava a repressão e a dispersão dos movimentos grevistas.

No mês de julho, o trabalho de conscientização e de propaganda sobre a greve geral intensificou-se em larga escala e um acontecimento marcou profundamente os trabalhadores e trabalhadoras excepcionalmente exaltados por uma iminente greve: o assassinato do sapateiro espanhol José Ineguez Martinez pela polícia. Conforme Hall e Pinheiro, o fato foi o estopim da paralisação. Segundo os autores:

> Quando a polícia matou um manifestante, a passagem de seu cortejo fúnebre pela cidade serviu para provocar uma greve em larga medida espontânea. Cerca de 45.000[22] pessoas pararam de trabalhar, as autoridades civis perderam o controle da cidade por vários dias [...] (HALL; PINHEIRO, 1985, 104).

De acordo com Lopreato, a passagem do cortejo fúnebre pelas ruas da cidade uniu militantes anarquistas e socialistas e também serviu como uma *"grande manifestação popular de repúdio à violência policial usada contra os grevistas"* (LOPREATO, 1996, 20).

O movimento grevista obteve uma ampla adesão de trabalhadores e rapidamente alarmou as autoridades paulistas. Segundo Lopreato, a cidade passou a ser fortemente patrulhada pela polícia e a ordem era a de dissolver aglomerações populares. O papel da imprensa libertária foi fundamental nesse momento, uma vez que era o meio de comunicação e informação dos operários em luta. A autora assinala: "Nas portas das fábricas, forças policiais impediam a aproximação dos grevistas. Comícios e manifestações de protesto público foram reprimidos pela polícia. A população acompanhava o desenrolar dos acontecimentos através da imprensa" (LOPREATO, 1996, 30).

No entanto, Lopreato (1996, 32) destaca que mesmo com a polícia nas ruas e as ordens de repressão às aglomerações de trabalhadores não foram suficientes para intimidar os grevistas que continuaram a promover comícios e palestras em praças e outros espaços públicos, incentivando a manutenção da greve.

A Greve Geral de 1917 foi possível graças a uma junção de fatores muito bem explorados pelos militantes anarquistas. De acordo com Lopreato, desde o início do século havia uma atividade de pregação doutrinária e incentivo à ação direta. Os anarquistas vinham trabalhando de forma a "despertar" as energias adormecidas dos trabalhadores e

[22] Importante notar a diferença do número de 55 mil trabalhadores que aderiram à greve de uma fonte bibliográfica para outra. Não temos a informação da metodologia utilizada por Hall e Pinheiro para a conclusão desses valores. De acordo com Lopreato, a avaliação de cem mil trabalhadores que aderiram à greve foi do jornal *Fanfullha* na edição de 16/07/1917, que utilizou informações coletadas e cálculos aproximados. Por se tratar de uma pesquisa mais recente em relação ao artigo de Hall e Pinheiro, seguimos com as conclusões dessa autora.

trabalhadoras e se aproveitaram pontualmente da situação de crise que assolava o país para *"despertar nos trabalhadores a vontade de agir por sua própria conta, de forma autônoma, contra a exploração a que estavam submetidos"* (LOPREATO, 1996, 39).

Conforme Lopreato (1996, 57), a greve chegou ao fim no dia 16 de julho de 1917, por decisão dos próprios trabalhadores depois de dois dias de negociação entre os grevistas, autoridades públicas e os industriais. A imprensa libertária considerou os grevistas como os grandes vitoriosos, tanto no aspecto econômico, quanto moral. A negociação bem-sucedida representou o reconhecimento oficial das pretensões operárias. Contudo, mesmo com a "vitória", a mensagem e os conselhos aos trabalhadores eram para que se mantivessem unidos e organizados, pois sabiam que a reação não demoraria a vir.

Por meio das greves e paralisações, os sindicatos e federações associados a COB e ao movimento operário mostraram que podiam defender seus direitos e suas bandeiras de luta. A Greve Geral de 1917 também demonstrou a capacidade de organização de um movimento operário autônomo, não só na cidade de São Paulo, como em todo Brasil, uma vez que trabalhadores e trabalhadoras de algumas cidades do Estado e de outras regiões do país imbuídos de um sentimento de solidariedade também deflagraram greve em suas localidades. Por isso consideramos a Greve Geral de 1917 como ápice da efetividade do movimento operário no período.

Retomando a ideia das condições econômicas e sociais dos trabalhadores no período, é importante destacar que o contexto dessa greve é bastante singular. O mundo assistia os horrores da Primeira Guerra Mundial enquanto a população brasileira vivia uma crise econômica. De acordo com Seabra, o proletariado brasileiro estava muito prejudicado por conta das dificuldades econômicas do período da guerra.

> Os operários atravessavam uma situação de perdas salariais, em virtude do elevado preço dos gêneros de primeira necessidade. Dos fatores que mobilizaram os operários a carestia do custo de vida constituiu o principal motivo de união entre a grande massa adepta do movimento (SEABRA, 2011, 11).

O jornal ressalta a carestia vivida pelo povo devido à crise econômica em consequência da Primeira Guerra Mundial. Destaca ainda o receio vivido na época por conta da entrada do Brasil no conflito:

> A crise que infelizmente assoberba o mundo inteiro, em consequencia da formidavel hecatombe que há cousa de 3 annos ensanguenta o velho continente, arrastando para o medonho conflicto os paizes da America democrata e livre, não podia deixar de se fazer sentir em todos os recantos do planeta levando a desolação e a miséria a toda a parte, especialmente o Brasil. [...] A carestia da vida seriamente agravada pelos enormes e

> extensivos impostos, veio a criar em nosso Estado uma situação desesperada e intoleravel da qual só poderemos sahir por meio da revolução. [...] A entrada do Brasil na conflagração, nessa guerra tremenda, de interesses commerciais e financeiros, para os dois grupos belligerantes, é outra infelicidade que está pairando assustadoramente sobre as nossas cabeças.[23]

Outro elemento que contribui para a singularidade do contexto da Greve Geral de 1917 foram os eventos políticos e sociais da Revolução Russa, ocorrida no mesmo ano. De acordo com Seabra, os operários enxergavam com entusiasmo o embate dos trabalhadores russos frente ao regime imperial instaurado.

> A greve geral de 1917 ocorreu sob o entusiasmo dos acontecimentos na Rússia e sob forte repressão policial. Mesmo assim os operários encontraram nas notícias dos acontecimentos no exterior um ponto motivador para a luta por sua causa, já tão deficitária em razão das forças policiais que reprimiam veementemente qualquer associação de operários (SEABRA, 2011, 11).

Embora Seabra compartilhe da visão de que o movimento operário brasileiro tenha se motivado a partir dos eventos ocorridos na Rússia, num primeiro momento encontramos uma visão diferente no jornal anarquista A Plebe no que concerne aos impactos dessa Revolução. Logo na primeira edição do jornal percebemos que, para os anarquistas, a Revolução Russa não era um modelo a ser seguido[24].

> [...] Na Russia... ah! na Russia então, aquilo está um modelo de confusão. Ninguem se entende no ex-imperio dos czares, governo provisorio, ministros, a Duma, comitês de operarios e soldados, camponeses... cada grupo, cada fracção de partido ruma para o seu lado, todos de acordo agora dahi a pouco em desaccordo todos, dominando estes, demitindo-se e cahindo aquelles, fazendo e desfazendo declarações, desejando a paz imediata e proclamando a continuação da guerra... enfim, um legitimo e completo sacco de gatos [...][25]

Além dos elementos externos (a Revolução Russa e crise econômica em consequência da Primeira Guerra Mundial) que certamente contribuíram para as paralisações e as greves do período, não podemos deixar de observar um elemento interno (além da repressão, exploração e violência ao movimento operário), o cotidiano do trabalho. Violência

[23] F. G. **Imitemos a Russia.** A Plebe, 21/07/1917, p.3.
[24] É de suma importância frisar que a sequência analisada do jornal (junho a outubro de 1917) não contempla a "segunda fase" da Revolução Russa, aquela liderada por Lênin e pelo Partido Bolchevique. Portanto, não sabemos qual postura o jornal adota a partir desse acontecimento.
[25] TORREZÃO, Bazilio. **Pela Desordem!** A Plebe, 09/06/1917, p.2.

e péssimas condições de trabalho marcavam as relações entre o operário e as fábricas[26]. De acordo com Hall e Pinheiro:

> O nível de força arbitrária e de violência física no funcionamento quotidiano das fábricas muitas vezes levou os observadores a descrevê-las como locais de castigo e de confinamento. [...] Relatos de violência física e abuso por proprietários e contramestres em relação a seus operários apareciam regularmente na imprensa operaria do período (HALL; PINHEIRO, 1985, 103).

Essas condições precárias de trabalho indicam duas coisas: em primeiro lugar, mostram a necessidade de organização dos trabalhadores em torno de um movimento operário combativo para fazer frente a exploração submetida. Em segundo lugar, indicam a legitimidade das greves, das paralisações e das constantes reivindicações. Os trabalhadores que delas participavam buscavam mais do que ambientes adequados de trabalho, buscavam por respeito e dignidade frente a exploração desenfreada. Conforme Hall e Pinheiro: *"A dominação que se fundamenta tão pesadamente na força e na violência e goza de tão poucas outras sanções pode deixar os governantes vulneráveis a surpresas bem bruscas"* (HALL; PINHEIRO, 1985, 104). Nesse sentido, a violência empregada na coerção, na dominação e na repressão cotidiana aos operários, se transformou em insatisfação e a insatisfação se transformou em greve.

Quanto a exploração sofrida pelos trabalhadores, seja no sentido das altas cargas de trabalho, seja na violência física e moral ou na acumulação de riqueza dos patrões, enquanto os operários padecem sob diversos males, o jornal destaca:

> [...] Ao lado dessa incalculável acumulação de riquezas, que são esbanjadas na depravação e no vicio, no jogo, na embriaguez e na prostituição das classes abastadas e pelos funccionarios publicos, existe o proletariado que não encontra com seu trabalho recurso algum para matar a fome dos seus filhos. Este crime social é demasiado grande para que até os mais neophitos não o vejam e não protestem contra elle. Dahi provem, pois, o movimento de reivindicação operaria, as gréves com as suas consequencias.[27]

Os editores anarquistas do A Plebe vislumbravam a greve geral dos trabalhadores como única forma real de emancipação das amarras do sistema. *"[...] Que fazer, pois? O unico recurso para que póde apellar a classe trabalhadora é a greve geral de todas*

[26] Eliane Seabra comenta acerca das condições de trabalho dos operários no início do século. Segundo a autora, a carga de trabalho diária chegava a ser de 14 horas e era comum a aplicação de castigos físicos, principalmente sob os aprendizes (2011, 7).
[27] CARVALHO, Florentino de. **O porquê das Gréves.** A Plebe, 09/07/1917, p.1.

as classes operarias da capital, do Estado, do Brasil, afim de oppor á força bruta do capitalismo a grande força do trabalho".[28]

A imprensa operária

Além da COB, podemos destacar outro elemento que contribuiu para a articulação das greves e dos operários em torno das suas lutas: a imprensa libertária. Se de um lado havia a imprensa ligada aos interesses das classes dominantes que, de acordo com Costa (1982, 221-222), agia com a intenção de desmoralizar e desmobilizar as lideranças operárias e promover divisões entre as massas de trabalhadores[29], por outro havia a imprensa operária que agia de forma a unificar o pensamento dos trabalhadores e contribuir na organização das lutas. Vale ressaltar que em alguns casos, eram os próprios militantes do movimento operário que redigiam os jornais e editavam cartilhas, panfletos, entre outros.

De acordo com Ferreira, a imprensa operária não pode ser analisada de maneira desassociada do movimento operário. Conforme a autora, ambos estão relacionados de forma inerente por meio das lutas da classe trabalhadora na construção de sua história. *"Assim, a história da imprensa operária é a história do movimento operário [...]"* (FERREIRA, 1988, 6-7).

Segundo Ferreira (1988, 16), os primeiros traços da imprensa ligada ao operariado surgiram ainda no século XIX, mais precisamente no ano de 1847 com a publicação de O Proletário, por um grupo de intelectuais de Recife-PE. Contudo, foram nas primeiras décadas dos novecentos que a imprensa operária *"firmou- se como o mais importante instrumento de propaganda do ideário, atingindo e mobilizando homens e mulheres que desejavam a libertação da humanidade de todas as formas de opressão e de exploração"* (MARTINS, 2005/2007, 60). Marques (2012, 862-863) assinala que a imprensa operária no Brasil exerceu um papel de destaque no seio do movimento operário. Segundo o autor, por vezes a imprensa proletária foi mais importante e mais atuante que os próprios sindicatos e federações – por conta da repressão e perseguição às organizações dos trabalhadores –, uma vez que desempenhavam a função de conscientização e organização das massas operárias.

O semanário anarquista A Plebe surge no calor dos acontecimentos grevistas da época. Sua primeira edição data junho de 1917 e sua última edição fora publicada no ano de 1951[30]. O jornal nasceu para substituir outro periódico, "A Lanterna" e em sua primeira edição

[28] CRISPIM, João. **A unica e necessaria solução.** A Plebe, 21/07/1917, p.2.
[29] Em várias edições do periódico encontramos críticas direcionadas à imprensa burguesa, principalmente ao o jornal "Correio Paulistano".
[30] De acordo com Martins (2005/2007, 61-71), em toda sua história, o jornal atravessou inúmeros obstáculos, sendo a repressão policial; prisão de redatores; perseguição política e dificuldades

salienta o motivo do seu "renascimento" e alguns de seus objetivos, sendo a luta contra o Estado, a Igreja e o militarismo os principais caminhos para a almejada revolução social. O periódico também se propõe a ser a voz dos trabalhadores, de fazer ecoar suas lamentações e protestos, uma vez que a imprensa estava dominada pelas elites da época. Assim é exposto no jornal:

> A Plebe, como facilmente se vê, é uma continuação da A Lanterna, ou melhor dizendo, é a propria A Lanterna que, attendendo ás excepcionaes exigências do momento gravissimo com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esphera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de oppressão que sujeitam o povo deste paiz [...] Como é bem de ver, nessa obra titânica cabe logar de destaque á imprensa avançada, a quem está confiada a missão delicada de orientar o povo, hoje á mercê da perseverante acção damnosamente mystificadora dos jornaes ao soldo dos dominadores da época. [...] A humana especie sómente poderá considera-se verdadeiramente livre e começar a gosar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumegantes desse burgo podre que é o regimen burguez desapparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações sofredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo, instituições malditas que lhe servem de esteios. [...] Vem este jornal ser um éco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe immensa [...] Liberdade, egualdade e fraternidade só existem como uma grosseira expressão rethorica rotulando muita miseria e oppressão.[31]

O jornal contava com colaboração de vários outros militantes do movimento operário e anarquista na redação de suas matérias. Conforme Strongren (2015, p.9), além do editor chefe Edgard Leuenroth; Astrogildo Pereira; João Penteado; Benjamin Motta; Isabel Cerrutti; Maria Lacerda de Moura; José Oiticica; Florentino de Carvalho; Luigi Damiani e Neno Vasco são alguns nomes que contribuíram para as edições semanais do jornal.

O periódico possuía um caráter educativo, buscava conscientizar os operários quanto à sua classe social e seus direitos políticos. Em algumas edições observa-se artigos que conceituam ao leitor o anarquismo e o comunismo. Também há a recomendação de livros de orientação anarquista e diversas poesias que tratam da causa operária e da libertação do homem. O uso de imagens também era bastante recorrente. Elas eram utilizadas não só para demonstrar a condição de vida e de trabalho dos operários, mas para incitar os trabalhadores

financeiras os mais comuns. Conforme a autora, durante seus anos de atividade, o periódico apresentou uma constante irregularidade em suas publicações, deixando de circular durante todo o ano de 1918, voltando a ser publicado em 1919. Também não circulou entre os anos de 1924 a fevereiro de 1927 e de 1928 a 1932. Segundo a autora, de 1932 até o ano 1935 "A Plebe" volta a ser publicada, contudo nesta última data sua redação é fechada e passa por um longo hiato de doze anos, voltando a ser publicada apenas em 1947. Martins assinala que sua última publicação é realizada no ano de 1951.

[31] LEUENROTH, Edgard. **Rumo á Revolução Social.** A Plebe, 09/06/1917, p.1.

e trabalhadoras a saírem às ruas para reivindicar melhores condições de vida e também como forma de fazer despertar a ação direta. As imagens também serviam para chamar a atenção daqueles operários e operárias analfabetos.

A partir de nossa observação do caráter anarquista e anticlerical de A Plebe, de um modo geral, Marques (2012, 860) comenta o que nos parece uma certa tendência da imprensa libertária brasileira no início do século: conforme o autor, a imprensa operária enxergava o Estado, a Igreja e o capitalismo como instituições autoritárias, inimigas dos trabalhadores e que se complementavam entre si formando uma espécie de teia de dominação.

Além dos jornais, a propagação dos ideais libertários também era feita informalmente em comícios direcionados aos operários. Conforme o periódico, essas reuniões, bem como a distribuição de boletins informativos serviam para a conscientização da classe operária.

> [...] A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito, fazendo com que os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intoleravel, devido á acção aladroada dos patrões, insaciaveis sanguesugas sociaes, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o produto do seu trabalho insano [...][32]

Mesmo com as perseguições políticas aos seus editores e as dificuldades financeiras, a imprensa proletária não deixou de existir, sobretudo nos primeiros anos dos novecentos. A imprensa operária foi bastante ativa nesse período e, conforme Seabra, *"Inúmeras redações de jornais foram criadas durante a primeira fase da república e alguns periódicos, mesmo com curto espaço de duração, foram a forma mais eficaz de propagação e esclarecimento aos operários"* (SEABRA, 2011, 5). Reforçando a ideia de intensa atividade da imprensa operária naquele contexto, Ferreira (1988, 14) assinala que em cerca de cinquenta anos, (1875-1920) surgiram pelo Brasil aproximadamente 343 periódicos ligados à classe trabalhadora[33]. A partir de um levantamento feito pela autora em sua obra, observamos que no Brasil em quarenta e quatro anos, de 1890 até 1934, nascem sucessivamente e ininterruptamente jornais ligados à classe trabalhadora.

Em suma, a imprensa operária agia como a unificadora de um pensamento comum: romper as amarras que prendiam os trabalhadores aos patrões. De acordo com

[32] Autor não identificado. **Acção obreira.** A Plebe, 09/06/1917, p.3.
[33] A título de curiosidade, após uma breve pesquisa, encontramos inúmeros jornais anarquistas ligados à causa operária, dentre os quais destacamos: A Lanterna; A Plebe; A Voz do Trabalhador, A Voz Operaria, O Cosmopolita, Guerra Sociale, entre outros. Todos estes jornais podem ser consultados através do site: https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/ Acesso em: 25/08/2016.

Toledo: *"Os jornais operários contribuíam para transmitir aos trabalhadores a ideia de fazer parte de um conjunto, de uma classe social e de uma luta que ultrapassava os limites do Estado nacional"* (TOLEDO, 2013, 18). Ou ainda, conforme Lopreato: "*A imprensa, além de ser o mais importante veículo informativo sobre o desenrolar dos acontecimentos grevistas, foi formadora de opinião sobre as diversas personagens envolvidas no conflito"* (LOPREATO, 1996, 35).

Considerações finais

A partir da análise dos referenciais teóricos e das fontes documentais, é possível desconstruir a imagem de um movimento operário formado majoritariamente por imigrantes anarquistas. De acordo com Costa, é preciso direcionar os olhares para os trabalhadores brasileiros (mulheres, negros, pardos). Também é necessário considerar um movimento operário onde a pluralidade de pessoas, ideias e finalidades são acentuadas. Portanto, assim como grande parte dos movimentos sociais, o movimento operário também é heterogêneo e possui suas particularidades.

Tomando nota dos perigos do anacronismo, é interessante notar as diferenças do movimento operário daquela época para os movimentos sociais do tempo presente. De acordo com Martins, após a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), os clamores populares passaram a se organizar mais ativamente em torno dos movimentos sociais[34]. Estes, por sua vez, mostraram-se aparelhados por partidos políticos e, por vezes, se tornam um canal de comunicação do próprio governo. De acordo com o autor:

> [...] os movimentos sociais e as organizações populares haviam passado a carregar o ônus do aparelhismo dos grupos partidários [...] Tornaram-se cativos de concepções políticas hierárquicas e corporativas que comprometiam justamente sua novidade e sua criatividade. Os movimentos sociais ao se deixarem aparelhar pelos partidos, dessacralizaram a esperança [...] tornaram-se organizações, não raro agressivas, autoritárias e intolerantes, com burocracia própria bloqueando o espaço para novos e autênticos movimentos sociais (MARTINS, 2000, 79-80).

As críticas de Martins aos movimentos sociais no tempo presente vão ao encontro do que consideramos característica essencial aos movimentos populares: a autonomia. Esse

[34] Embora tenhamos apresentado neste trabalho o movimento operário constituído como movimento social nos primeiros anos dos novecentos, Luiza Alonso destaca que, no Brasil, houve uma grande efervescência de movimentos sociais a partir da década de 1970, mais precisamente no ano de 1976. Conforme a autora, "[...] no final dos anos 70 e durante os anos 80 assistimos a uma explosão de movimentos nas grandes metrópoles brasileiras, e também no campo, que iam do pré-político ao pós-político" (ALONSO, 1994, p. 76).

elemento é facilmente observado nos clamores da imprensa anarquista e na Grande Greve de 1917, uma vez que fora organizada por anarquistas. Os trabalhadores associados aos sindicatos e federações autônomas deviam manter essa característica e não se deixar cooptar pelo governo[35].

Buscou-se apresentar nesse trabalho o impacto positivo da criação da COB para o movimento operário brasileiro no âmbito da organização dos trabalhadores em federações e sindicatos autônomos. Essa organização dos trabalhadores certamente contribuiu não só para uma maior articulação das greves - compreendidas aqui neste trabalho como a voz do trabalhador -, mais ainda, acreditamos que tenha contribuído no sentido do desenvolvimento do caráter revolucionário do trabalhador, assim como descrito por Marx e Engels. Outro elemento que contribuiu muito para o movimento operário foi a propaganda dos ideais libertários por meio da imprensa associada aos trabalhadores. Como um todo, a imprensa desempenhou um papel muito mais do que informativo, desempenhou um papel didático, buscando incessantemente orientar e conscientizar os trabalhadores em torno de sua classe.

Por fim, destacamos o papel da Greve Geral de 1917. Essa greve se mostrou como um grande marco para a história do movimento operário. Milhares de trabalhadores se juntaram num ato que combinou coragem e rebeldia, contra a exploração, contra os patrões, contra as autoridades e contra o sistema. Como destacado nas páginas anteriores, é preciso considerar imensamente o papel da Confederação Operária Brasileira para o movimento operário, no entanto, acreditamos que o ápice da organização do movimento operário e dos trabalhadores no Brasil, foi a grande Greve Geral de 1917.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luiza Klein. Movimentos Sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. IN: SPINK, Mary Jane Paris. (org.). **A Cidadania em construção***:* uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

BATALHA, Claudio. Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: contexto, 1998.

BATALHA, Claudio. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**, v.12, nº23-24, pp. 111-124, 1991/92.

COSTA, Emília Viotti da. A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2 (4): 217-232, 1982.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

[35] BITTENCOURT, Araenio. **Cuidado, trabalhadores!** A Plebe, 18/08/1917, p.1.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alagando a História da Classe Operária**: Organização, Lutas e Controle. Coleção Remate de Males, nº 5, pp.95-119, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio do Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2000.

LOPREATO, Christina. **O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917).** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MARQUES, C. A Imprensa libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX. **Antíteses,** v. 05, n. 10, 2012.

MARTINS, Angela M. R. **Palavras e imagens que fazem sonhar: imprensa libertária e representações da revolução social (A Plebe, 1919***)*. Maracanan. n. 03, 2005/2007.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária** - O impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Bauru: EDIPRO, 2ª ed., 2011.

SANTOS, Kauan Willian dos. Derrubando fronteiras: a construção do jornal A Plebe e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920). **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 122-139, mar. 2015.

SEABRA, Eliane Pires. **O Movimento Operário na Primeira República.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. **O movimento operário e a Greve Geral nas páginas de A Plebe.** 10º Encontro Nacional de História da Mídia. UFRGS, 2015.

TOLEDO, Edilene. "Para a União do proletariado brasileiro": a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. **Perseu**, Nº 10, Ano 7, 2013.

Recebido em: 3/11/2016

Aceito em: 27/2/2017